

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 3071 / 2018	19/02/2018	2018/300.10.005/171	Contratação Pública

ASSUNTO: Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de contadores DN 15 e DN 20

Código CPV: 38550000-5 Contadores, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Tipo de Procedimento – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com o documento n.º 1853 de 30/01/2018, com origem no serviço de Gestão de Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento, o qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação tem como objeto a aquisição de contadores DN 15 e DN 20.

Para a contratação em causa é proposto um prazo máximo de um ano a contar da data da assinatura do contrato o qual é formalizado com o envio da requisição externa.

II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, define-se como valor base para este procedimento **€ 6.538,00 (seis mil quinhentos e trinta e oito euros)** acrescido de IVA à taxa legal, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como suporte a consulta informal feita ao mercado pelo serviço de Gestão de Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento.

III – Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

orçamental 02/07011002 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2018, conforme documento anexo – Requisição Interna n.º 141/2018 relativa ao cabimento prévio n.º 1224.

IV - Escolha do Procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 20.000,00, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Atendendo a que nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de valor inferior a € 20.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de fornecimento em causa, solicita-se, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à empresa Grupo Janz, Contagem e Gestão de Fluidos, SA - NIF 505232235. Considerando que a escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.
- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

VI – Outras Exigências Legais

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que a encarregada geral do serviço de Gestão de Stocks, Paula Plácido, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada. Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se também a sua nomeação como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos,

nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, dado tratar-se de uma aquisição de valor inferior a € 10.000,00, está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)
